



26º ENCONTRO NACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

 **NEM UM PASSO ATRÁS NOS DIREITOS
DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA!**

17 OUTUBRO 2020 · FIGUEIRA DA FOZ

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS ORGANISMOS DE DEFICIENTES



26º ENCONTRO NACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**NEM UM PASSO ATRÁS NOS DIREITOS
DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA!**

17 OUTUBRO 2020 · FIGUEIRA DA FOZ



**CONFEDERAÇÃO NACIONAL
DOS ORGANISMOS DE DEFICIENTES**

COMISSÃO ORGANIZADORA

José Reis
Jorge Silva
M^a do Carmo Santos
Emilia Leite
António Reis

MESA DO ENCONTRO

José Reis
Jorge Gouveia
Edmundo Frade

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Cristóvão Monteiro
Jorge Silva
Alice Inácio

SECRETARIADO

Margarida Lopes
João Pacheco
Emilia Leite

COMUNICAÇÃO

Emilia Leite
Alice Inácio
Babo Ribeiro

INTÉRPRETES DE LGP

Rafaela Silva
Pedro Oliveira

APOIO AOS ARTISTAS

António Reis

AGRADECIMENTOS

A CNOD agradece à Câmara Municipal da Figueira da Foz e aos seus funcionários por toda a ajuda e ainda ao Grupo de Dança da APPACDM de Coimbra pela sua participação.

ÍNDICE

INTERVENÇÕES

Humberto Santos	9
ABERTURA	
José Cabaços dos Reis	15
DIREITO E IGUALDADE DAS PESSOAS	
António Reis	22
PROJECTO EMPREGO E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	
Jorge Silva	28
SITUAÇÃO ATUAL E DIFICULDADES	
Maria de Lourdes Godinho Afonso	31
PRODUTOS DE APOIO	
Helena Rato	33
NEM UM PASSO ATRÁS NOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	
Jorge Gouveia	35
SAUDAÇÃO · DIFICULDADES SENTIDAS	
António Conceição	37
EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Ana Simões	39
INSTITUCIONALIZAÇÃO	
Ana Couto	44
COVID-19 E DEFICIÊNCIA	
Ana Sezudo	47
ENSINO SUPERIOR INCLUSIVO	
David Sotto Mayor Machado	50
DESPORTO ADAPTADO	
Bruno Lopes	52
APOIO AO TRABALHO DO DIRIGENTE/VOLUNTÁRIO	
António Castro	54
DELEGAÇÕES	
Albino Paulo	57
SAUDAÇÃO	
Diana Ferreira	59
ESTACIONAMENTO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	
Joaquim Gaspar	61
CONCLUSÕES	
Jorge Silva	63
ENCERRAMENTO	
José Reis	64
Outras intervenções.....	65
MOÇÃO	
Pela Erradicação da Pobreza.....	67
APOIOS	73





INTERVENÇÃO

Humberto Santos

Presidente do INR

Começo por saudar o Presidente da CNOD, José Reis, a Senhora Vereadora da Câmara Municipal da Figueira da Foz, Dra. Diana Rodrigues, e todos os participantes do 26º Encontro Nacional de Pessoas com deficiência, um bom dia e obrigada pela vossa presença.

O lema este ano é muito premente face ao quadro em que nos encontramos todos à escala planetária, “Nem um passo atrás nos direitos das pessoas com deficiência. De facto, esta é uma matéria em que sobeja relevância, todos aqueles que vivem situações de precariedade social, sabem como em determinados momentos o quotidiano de alguns é afetado de forma muito particular. Há uma importância nesta reflexão e de manter a atenção nestas questões.

Eu trazia apenas três referências para fazer, mas vou fazer uma quarta, face à informação que me foi prestada quando cheguei a este auditório. Começo por felicitar a Câmara Municipal da Figueira da Foz por esta Semana da Igualdade, pela sua Multidisciplinidade, pela sua multidimensionalidade, por colocar todos os cidadãos em igualdade de oportunidades, independentemente das características, das especificidades que cada um de nós tem. A maior riqueza da Humanidade é a sua diversidade e esta tem de ser mantida por todos os meios que tenhamos ao nosso alcance.

Certamente que esta semana da Igualdade irá permitir, entre outras dimensões, sensibilizar e consciencializar relativamente aquilo que são as dimensões fundamentais na inclusão social das Pessoas com Deficiência, por isso, bem-haja e as maiores felicidades para o evento. Relativamente ao Balcão da Inclusão, terei todo o gosto em voltar à Figueira da Foz, assim que seja oportuno. Esta é uma rede de Balcões da Inclusão que tem vindo a crescer de forma muito considerável. É hoje uma realidade em cerca de cem municípios, à escala nacional, e está em processo de acentuado crescimento, por isso não podia deixar de fazer a referência de ter tido a ótima informação que já é preocupação do Município e só pelos factores que a Senhora Vereadora referiu ainda não foi possível concretizar, mas espero em breve possamos cá voltar para assinalar este marco importante do direito à informação, das Pessoas com Deficiência poderem decidir os seus direitos. Última referência à Câmara da Figueira da Foz, garantir a total disponibilidade do INR nesta situação ou qualquer outra que possa ter.

Das três referências que tinha preparado para falar convosco, a primeira era sobre a Covid-19. De facto, neste momento, é central à nossa realidade à escala planetária e dizer que o INR tem mantido uma atenção particular neste eixo, não por mero acaso. Num total de mais de duas dezenas de organismos que fazem parte do Ministério do Trabalho e Segurança Social o INR foi uma das sete consideradas como essencial e tivemos de manter sempre equipas a trabalhar, mesmo durante a altura que o teletrabalho era obrigatório por decisão de Conselho de Ministros. Ou seja, tivemos uma equipa multidisciplinar, composta por várias unidades orgânicas, que estiveram permanentemente no Instituto para poder acolher e ajudar quem nos contactasse e precisasse da nossa ajuda.

Este trabalho de muita atenção e grande disponibilidade, reflete certamente aquilo que é o entendimento da Senhora Ministra do Trabalho e Segurança Social e da Secretária de Estado para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, ao entender que o INR, independentemente de tentar recolher o máximo possível dos seus efetivos e dos seus trabalhadores, ainda assim tinha de garantir os serviços mínimos no atendimento presencial, não obstante dos outros colegas estarem na retaguarda em teletrabalho a ajudar quem estava no front-office.

Queria dizer-vos que a Saúde24, aquela linha que nós ligamos para obter informações quando temos algum problema de saúde, passou a partir de então a ter um intérprete de Língua Gestual. Aliás, o INR fez grande questão de garantir os recursos para que, independentemente das suas limitações, tivessem acesso à informação de igual forma e para que tal acontecesse. Em breve, este investimento não será feito por nós mas sim pelo Ministério da Saúde. Aqueles dois rostos que veem nas conferências de imprensa da Direção Geral da Saúde são dois Técnicos do Instituto Nacional para a Reabilitação que nós disponibilizamos como contrapartida para que todos os cidadãos com deficiência auditiva não ficassem preteridos em nada em matéria de comunicação, são eles que têm mantido, obviamente em detrimentos das suas outras funções que teriam no INR, mas passamos a garantir que nessas conferências de imprensa e noutras, mas nessas em particular.

O site do INR tem do lado direito uma secção dedicada ao Covid-19, onde se pode encontrar informações uteis. Um dos documentos que consta lá é o da Federação das Associações de Paralisia Cerebral, exatamente porque entendemos que aquela recomendação é muito dirigida às pessoas com paralisia cerebral aos seus familiares e é muito importante que seja partilhado. Se houver, igualmente, em algumas das vossas organizações informação de carácter relevante, que não hesitem em partilhar connosco, e se assim o entendermos, teremos todo o gosto em partilhar. Temos mantido um esforço na informação, para que todos sem exceção possamos ter um trabalho possível em torno da pandemia que nos deixa a todos num quando difícil.

Há muitas matérias que, não sendo do âmbito das atribuições do INR, mas que quando nos são colocadas como é óbvio, nós intervimos. É essa a nossa obrigação, é esse o nosso dever, e que os nossos Técnicos têm de interagir com a demais Administração Pública no sentido de se encontrar a forma célere as melhores soluções possíveis no atual contexto. Se há algo que vos está a preocupar ou se estiverem a sentir algumas dificuldades podem entrar em contacto através do Balcão de Inclusão do INR, através dos Balcões de Inclusão do Instituto da Segurança Social ou através dos Balcões de Inclusão dos vossos Municípios de origem podem aceder a informação, isto porque esta rede se articula e se no Município não houver informação eles articularam com a nossa equipa no sentido de encontrar as melhores soluções.

Queria dizer-vos ainda em matéria de Covid, e aqueles que são dirigentes têm isto bem presente, o ajuste do conjunto de financiamento a projetos, o que temos feito é termos dado indicações claras aos nossos Técnicos para serem mais flexíveis de utilização dos recursos, dos períodos e de datas de efetivação dos projetos, porque percebemos que todos estamos muito condicionados e confinados na nossa ação e, por isso uma maior flexibilização das nossas equipas na análise e disponibilidade para uma avaliação de forma diferente dos projetos e do seu financiamento. Dizer-vos que há de facto coisas surpreendentes, no Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI), que é um projeto relativamente recente, que tem apenas 3 anos, nós chegamos a temer o pior, ou seja, que pessoas que tinham começado a ter o seu Assistente Pessoal pudessem ver cortado, e muito, o seu apoio que é determinante para a sua autonomia, para o seu quotidiano e para serem felizes. O que vos posso dizer é que mesmo nos períodos mais difíceis se conseguiu manter o apoio em mais de 50% da rede, e neste momento, dados de Agosto de 2020 indicam que já conseguimos ultrapassar o número de pessoas que estão a ser apoiadas através do MAVI. Neste momento temos 823 pessoas cujo seu dia-a-dia é totalmente diferente face a terem passado a ter um Assistente Pessoal e conseguimos ultrapassar os melhores valores que eram de Fevereiro deste ano. Uma realidade que nos deixa muito felizes.

A segunda referência, e para aqueles que me conhecem do ponto de vista pessoal de quando estive doutro lado onde vocês estão hoje, na direção de organizações, que eu ia falar sobre esta matéria, que é a importância deste encontro e da participação dos cidadãos na definição de políticas e de ações concertadas para certo tipo de pessoas, sobretudo no caso das pessoas com deficiência.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o primeiro tratado dos direitos humanos do século XXI refere a importância da participação na definição de políticas, na definição de ações concertadas para se atingir determinados fins, a Convenção para os Direitos das Pessoas com Deficiência é muito vaga quanto à participação cívica, e por isso, com algum cuidado, decidi estar aqui presente hoje, porque se vocês estavam cá hoje, o Instituto Nacional para a Reabilitação tinha de estar cá também para vos dizer o quanto é importante não descurar, em momentos difíceis.

Nós soubemos noutros pontos do Mundo perante catástrofes o que aconteceu às Pessoas com Deficiência, e por isso as indicações internacionais para que todos estejam muito atentos, e vocês em particular, vocês fazem toda a diferença a sinalizar, a identificar situações que, de facto, possam não estar a correr tão bem como nós gostaríamos que corresse.

E daí a importância deste Encontro, um bem-haja, eu diria, pela ousadia de estar aqui hoje, ousadia no bom sentido, ousadia de estar aqui hoje para poder fazer esta reflexão, fazer uma reflexão insubstituível, e por isso muito obrigado.

Última referência é a postura institucional da Confederação de Organizações de Pessoas com Deficiência, dizer-vos que, como sabem, participei, durante muitos anos, dentro da Confederação, hoje tenho um enorme privilégio de a ver num outro ângulo, e dizer-vos que tem sido muito salutar ver a forma participativa, a forma responsável, a forma interveniente, facilitadora de processo, como a CNOD se tem portado estes anos em que estou nesta função, e por isso um bem-haja à Direção da Confederação a todos eles que dela fazem parte.

Vou-vos só dar um exemplo, mas podia replicar em N exemplos, nós estivemos a rever de uma forma participada os regulamentos de Apoio ao Financiamento das Organizações, a CNOD participou ativamente em todos os momentos deste processo. Já agora dizer-vos que é com curiosidade que verificamos que foram de tal forma as reuniões prévias que quando chegamos à consulta pública não tivemos nenhuma participação de nenhuma organização. Mas a CNOD tinha de facto apresentado as suas propostas e acredita que temos tido um olhar muito peculiar relativamente às propostas da Confederação, considerando que dela emanam o que é o sentido e a sensibilidade de muitas outras organizações que fazem parte desta Confederação. Por isso, refiro aqui a importância de um organismo que é de facto, tem tido um papel facilitador de processos de desenvolvimento organizacional, regional e não podia deixar de fazer esta referência.

Dizer à Direção da CNOD e aos demais aqui presentes que, obviamente, o Instituto Nacional para a Reabilitação, dentro daquilo que é o seu âm-

bito, dentro das suas atribuições, está totalmente disponível. Como foi referido pela Senhora Vereadora há sempre muito para fazer, mas isso é aquilo que alimenta e estimula o nosso dia-a-dia, saber que por muito que possamos fazer, há sempre novos desafios, há sempre novas questões e então no período que estamos a atravessar estas questões são algo muito premente. Eu costumo dizer que na lista do que tenho para tratar num dia, geralmente não consigo tratar de tudo porque entram não sei quantas outras emergentes que acabam por de todo alterar de todo aquilo que são os objetivos de trabalho para cada dia que passa. Muito obrigado pela vossa presença e muito obrigado por me terem acolhido e desejar as maiores felicidades para a realização deste Encontro e para o trabalho futuro, pela minha parte e pelo Instituto Nacional para a Reabilitação disponham.



INTERVENÇÃO DE **ABERTURA**

José Cabaços dos Reis

Presidente da Direção Executiva da CNOD

Caros Amigos e Amigas,
Prezados Convidados e Convidadas,

Em nome da direção da CNOD, desejo as boas vindas ao 26º Encontro Nacional de Pessoas com Deficiência.

Saúdo os participantes neste encontro, representando variadas associações do movimento associativo das pessoas com deficiência e que se deslocam de diversas zonas do país. Saúdo ainda as que, pelos motivos de limitação do espaço, ainda querendo, não puderam estar presentes. Saúdo também os representantes de diversas organizações e entidades que se encontram presentes, respondendo ao nosso convite e entre as quais cabe-me destacar as seguintes:

- O Sr. Presidente da Câmara da Figueira da Foz
- O Sr. Presidente do INR, Dr. Humberto Santos
- Os representantes dos grupos parlamentares do PCP, do PEV, do PS e do PAN

Agradecemos igualmente as entidades que tornaram possível a realização deste Encontro, nomeadamente:

- Câmara Municipal da Figueira da Foz, Sra. Vereadora Diana Rodrigues
- INR
- Os técnicos e funcionários da CNOD
- A direção e funcionários da Escola Secundaria Dr. Joaquim de Carvalho

A todos, muito obrigado!

Como é sabido, temos vivido este ano de 2020 sob a marca de uma pandemia que, a vários níveis, tem trazido muitas dificuldades para toda a população. E se a população em geral sofre dificuldades, estas reflectem-se de uma forma muito maior nas pessoas com deficiência, pelas suas características de fragilidade e isolamento tanto físico como social.

Como oportunamente a CNOD mencionou no seu comunicado sobre este assunto, as pessoas com deficiência constituem um grupo especialmente vulnerável em qualquer situação de crise. Na presente situação de pandemia, essa vulnerabilidade é particularmente grave devido à imperiosa necessidade de se tomarem medidas severas de contenção que implicam o distanciamento e o isolamento social, e a frequente prática de higiene pessoal e de higienização de equipamentos e instrumentos, quando muita pessoa com deficiência não tem condições para se cuidarem autonomamente.

Igualmente, o isolamento social de pessoas com deficiência, pode tornar-se num sentimento de abandono ou de rejeição com graves consequências sobre o estado de saúde mental e geral. Também a falta de acessibilidade aos meios de comunicação digital, bem como a inadequação dos meios audiovisuais, por exemplo, a deficiência auditiva, aumenta o peso do isolamento e contribui para que essas pessoas não tomem as medidas de proteção necessárias, aumentando o seu risco de contrair a doença.

No que respeita às consequências do confinamento, a CNOD pode transmitir ainda várias dificuldades:

- As pessoas com deficiência que foram colocadas em teletrabalho tiveram e continuam a ter muita dificuldade de adaptação, nomeadamente em lidar com a forma de fazer reuniões a distância.

- Os alunos abrangidos pela Educação Inclusiva foram bastante prejudicados na adaptação ao Ensino a distância, já que muitos alunos não têm acesso a computadores ou sofrem de deficiências que não lhes permitem aprender através dos meios digitais. Existem ainda matérias que são impossíveis de ensinar a distância, como o Braille.
- A ausência dos alunos das aulas acarreta uma grande frustração e um acréscimo de pressão sobre o equilíbrio familiar.
- Ou seja, alunos que já partem normalmente em desvantagem, viram essa desigualdade aumentar com o Ensino a Distância.
- Também no que respeita à saúde das pessoas com deficiência existiu um grande impacto, com a redução da carga horária das terapias ou o seu cancelamento.
- Caso grave dessa redução de carga horária e o das pessoas diabéticas e insuficientes renais a necessitar de hemodialise.
- Esta redução ou cancelamento de terapias pode representar para algumas pessoas, um retrocesso significativo, por vezes irreversível, na sua recuperação. Daí a importância de assegurar a sua continuidade, mesmo dentro dos condicionalismos existentes.
- Como exemplo da gravidade da ausência destas terapias, temos sobreviventes de AVC que as veem interrompidas de forma prolongada, como a fisioterapia, terapia ocupacional, terapia da fala, entre outras.
- A alimentação e a higiene domiciliária podem, também, tornar-se particularmente difíceis, senão impossíveis, assim como o acesso aos cuidados de saúde, dados os constrangimentos e prioridades sanitárias actuais.
- Outra situação muito grave decorrente da pandemia é a suspensão de juntas médicas para a atribuição de Atestados Multiusos. Esta situação acarreta implicações críticas para o rendimento e sobrevivência das pessoas com deficiência pois significa o atraso na atribuição de prestações sociais.

Urge por cobro a estas situações, com a tomada de medidas efectivas pelas autoridades responsáveis, de modo a que a situação criada não continue a ser tao gravosa como ate agora para a população de pessoas com deficiência.

O lema deste Encontro e “Nem um passo atras nos direitos das pessoas com deficiência”.

Nem um passo atras nos direitos que ao longo dos anos as pessoas com deficiência conseguiram alcançar à custa de muita luta e de muito esforço e que, com a nova crise que já se desenrola, não podem ser postos em causa. Sabemos que não estamos minimamente na situação em que desejamos estar no que respeita aos direitos das pessoas com deficiência, mas também sabemos que em alturas de recessão económica a tentação dos governos é a de fazer cortes que em primeiro lugar sempre prejudicam os mais vulneráveis, como e o caso da população de pessoas com deficiência.

Como já vimos em orçamentos anteriores, quando se trata dos assuntos relacionados com a deficiência, nunca há dinheiro:

- Para cumprir a legislação existente respeitante a acessibilidade aos edifícios, inclusivamente aos edifícios de serviços públicos, não há dinheiro
- Para colmatar a grave situação de acessibilidades nos transportes públicos, não há dinheiro
- Para que se cumpram as quotas estabelecidas para o emprego e o investimento necessário em novas tecnologias para as funções laborais, não há dinheiro
- Para garantir formação profissional ajustada a procura existente ou uma escola pública verdadeiramente inclusiva, não há dinheiro
- Para fornecer serviços de saúde de qualidade para todos, não há dinheiro
- Para que todos tenham direito a inclusão na vida cívica activa, como o básico direito a votar, não há dinheiro

- Para cumprir, nos censos de 2021, a alteração das perguntas sobre a área da deficiência, de modo a recolher dados que nos permitam avaliar da melhor forma a situação actual da deficiência em Portugal, não há dinheiro

É preciso que haja dinheiro para resolver estes assuntos!

Se há dinheiro quase sem fundo para tantos assuntos que não trazem qualquer mais-valia a vida de todos nos, tem de haver dinheiro para as coisas que são realmente importantes. Estes apoios sociais não são uma assistência. São um direito de todos, em particular dos mais necessitados.

Tratam-se de cidadãos portugueses em especial situação de vulnerabilidade que necessitam que o estado cumpra com as suas obrigações de modo a que exista uma efectiva integração na sociedade.

Esta situação e particularmente pertinente num tempo, em que se fecha a proposta de orçamento do estado para 2021 e em que vamos ficar a saber a verdadeira importância que o governo actual dá às pessoas com deficiência.

Nos anos de mandato deste Governo, têm existido alguns sinais positivos na situação económica da população, mas há ainda um longo caminho a percorrer, em particular nas políticas para a erradicação da pobreza, algo que aflige os grupos mais vulneráveis da sociedade, nos quais se incluem as pessoas com deficiência e as suas famílias.

Aguardamos ainda que seja criada a Estratégia Nacional para a Deficiência, que permita a execução da legislação avulsa já existente. Só com esse enquadramento poderemos ter um efectivo enfoque transversal sobre a deficiência no nosso país. É aliás por isso que consideramos que o INR e a própria Secretária de Estado deveriam ser tutelados directamente pelo Conselho de Ministros e não estar dependentes de um único ministério.

No que toca a legislação existente, há ainda muito que fazer para possibilitar a sua aplicação, particularmente nas medidas para a inclusão e a integração, como a melhoria das acessibilidades físicas a edifícios e

transportes e também o acesso à educação, à saúde, à protecção social, ao emprego ou a habitação.

Há que realçar, no entanto, a conquista da regulamentação da quota de emprego para o sector privado. No entanto, será necessário verificar se, tanto no sector público quanto no privado, estas quotas são cumpridas.

Existe um compromisso do governo com uma efectiva aposta no emprego e formação profissional das pessoas com deficiência. No entanto, não temos assistido a qualquer destas realizações. Consideramos ainda que o valor da PSI continua abaixo do esperado, já que não garante a subsistência digna das pessoas que não tem trabalho. A nossa proposta é que a PSI seja equiparada pelo menos ao IAS e que seja paga a 14 meses.

É nossa proposta ainda a antecipação da idade da reforma no que diz respeito as pessoas com deficiência, já que estas têm condições de saúde que provocam um desgaste rápido.

Em relação à Saúde, há que estabelecer rapidamente o Estatuto do Doente Crónico e proceder a revisão da Tabela de Incapacidades, já que existem muitos casos de pessoas com deficiência a serem prejudicadas pela actual tabela.

É ainda nossa proposta que a verba para assegurar a Vida Independente as pessoas com deficiência passe a integrar o Orçamento de Estado e que assim essas verbas não estejam dependentes unicamente de financiamentos externos.

Estas propostas são o exemplo de como e da maior importância este 26º Encontro Nacional de Pessoas com Deficiência.

Nele, as pessoas com deficiência poderão discutir na primeira pessoa os assuntos que lhes interessam e que directamente as afectam. Só com a contribuição de todo o movimento associativo da deficiência poderemos actuar no sentido de promover a efectiva inclusão de todos os cidadãos na sociedade. Só assim podemos combater a discriminação e a menorização de que as pessoas com deficiência são alvo.

A CNOD, enquanto representante do movimento associativo da deficiência junto das instancias governativas, só o poderá fazer se existir uma efectiva unidade de todo o movimento associativo que permita que a sua actuação seja efectiva na defesa da inclusão dos cidadãos com deficiência na sociedade, de modo a que exista uma efectiva igualdade de oportunidades para todos.

É por isso que este espaço que hoje aqui se abre deve ser um espaço de partilha de ideias e experiencias, de discussão aberta e abrangente e que permita traçar um quadro da situação das pessoas com deficiência no nosso país, bem como quais as propostas de cada um para melhorar essa situação. Dessa forma, damos muita importância a contribuição de todos.

Ao Movimento Associativo das Pessoas com Deficiência cabe agir com a maior tenacidade e perseverança, para cumprir os objectivos referidos mesmo debaixo das ameaças de asfixia financeira que sobre ele pairam e que se tem tornado cada dia mais insistentes.

No entanto, cabe-nos a todos combater essas ameaças e continuar a lutar para que as vozes daqueles que mais necessitam sejam ouvidas, para que possamos ter uma sociedade cada vez mais inclusiva e mais justa.

É nessa luta que a CNOD se empenha diariamente e se compromete a continuar a lutar!

Desejamos que este 26º Encontro Nacional de Pessoas com Deficiência seja um espaço de debate e de motivação para encarar os desafios que se apresentam.



INTERVENÇÃO · DIREITO E IGUALDADE DAS PESSOAS

António Reis

CNOD Centro

Bom dia a todos,

Desde já queria felicitar a câmara municipal da Figueira da Foz, Sr. Presidente Dr. Carlos Monteiro, a senhora vereadora Dra. Diana Ferreira e toda a sua equipa, ao Sr. Diretor da E.S. Joaquim de Carvalho, Dr. Carlos Santos, que foram incedíveis em nos ajudar na realização deste nosso 26º Encontro Nacional de pessoas com Deficiência.

Cumprimentar o Sr. Presidente do INR Dr. Humberto Santos pela sua presença.

A toda a CNOD, e aos seus atuais dirigentes, por mais este 26º Encontro, cumprimentos também para a mesa e seus moderadores, bem como a todos os ilustres convidados presentes neste Encontro Nacional de Pessoas com deficiência.

Num ano extremamente difícil e tão atípico como o que estamos a viver, em razão dos efeitos da pandemia COVID 19, em que nos vimos forçados a reorganizarmo-nos de maneira diferente ao que estávamos habituados, a CNOD não deixou contudo de se preocupar e trabalhar sempre de maneira a estarmos próximo dos problemas das pessoas com deficiência e das suas famílias. (lares encerrados, CAOS, Instituições, cuidados de saúde, escolas, empregos, Teletrabalho, etc.)

Fomos ao longo destes meses recebendo apelos de vários sectores onde se integram as pessoas com deficiência, e trabalhando todos estes problemas com as instituições ligadas á área da deficiência, bem como alertando os nossos governantes, quer nas comissões que estamos integrados, quer com os partidos com assento na assembleia da república, sempre com a preocupação da defesa das pessoas com deficiência.

Com a minha participação aqui nesta meritória iniciativa, apelo a todos uma melhor compreensão e aceitação da Covid 19, esperando que a ciência nos traga a breve prazo uma vacina e tratamentos eficazes que nos tranquilize a todos.

Esta pandemia trouxe-nos e continua-a a trazer-nos reais problemas, o maior de todos, na minha modesta opinião, foi e continua a ser o do afastamento físico entre os nossos entes queridos e amigos, trouxe o medo generalizado e o terror, onde antes coexistia a ternura entre pais e filhos, netos e avós, implantou-se o afastamento, devido a esta pandemia, deixando uma tristeza e dor que irá prevalecer por bastante tempo, e tempo é que os mais idosos não têm?

Esses sofrem em se verem privados da companhia que em tempos existia com os seus familiares, principalmente com os seus netos, nomeadamente nas regiões do interior, onde os avós têm um papel fundamental nos seus cuidados e Educação.

São também os mais desfavorecidos que sofrem com esta pandemia, e neles estão integradas as pessoas com deficiência, que viram as suas vidas mudadas, mudadas completamente, assim como as suas famílias, com a perda de rendimento e nalguns casos até perda do emprego, ou por outro lado terem de ficar em casa a cuidar dos seus familiares, porque fecharam escolas e instituições onde filhos, netos ou outros familiares eram cuidados.

Estamos hoje aqui neste 26º Encontro, nesta bela cidade da Figueira da Foz, onde as minhas memórias de infância perduram, onde meus pais me traziam à bela praia da claridade, extensa com o seu areal, e onde o mar a abraça com o seu azul longínquo.

Esta semana esta autarquia inicia as comemorações Municipais da Semana da Igualdade 2020, que se prolongará até ao próximo dia 24 de outubro – Dia Municipal para a Igualdade.

Também este tema da Igualdade se integra e ajusta a todas as nossas iniciativas bem como ao das pessoas com deficiência, pois igualdade é tudo o que nós pedimos e reivindicamos todos os dias, igualdade no trabalho, na escola, na sociedade, nas nossas ideologias, religião, na habitação, etc.

Um Estado de direito tem como um dos seus pilares fundamentais a ideia de igualdade entre os cidadãos. Não obstante, observarmos na realidade frequentes e gritantes desigualdades. Qual será então o valor do reconhecimento formal da ideia de igualdade?

Será apenas uma função decorativa e legítima de interesses dominantes de um sistema que se quer apresentar como justo e igualitário.

A Constituição portuguesa em diversos artigos, consagra o princípio da igualdade.

O art.º 13. declara:

- “1. Todos os cidadãos tem a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.
2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.”

Mais diversos outros preceitos da Constituição reafirmam solenemente a ideia de igualdade.

Também aqui a CNOD tem um papel fundamental, na defesa das pessoas com deficiência, reivindicando que o art.º 71 da constituição portuguesa, seja cumprido, pois ele consagra os direitos destes cidadãos.

A CNOD, celebra este ano os seus 40 anos de existência sendo reconheci-

da pela sua postura reivindicativa e de luta pela efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, tomando a decisão de manter a realização do seu 26º Encontro Nacional de Pessoas com Deficiência sob o lema “Nem um Passo Atrás nos Direitos das Pessoas com Deficiência”, cumprindo todas as regras e mostrando que é possível continuar a atividade neste contexto.

Também aqui, A CNOD continua a sua luta na defesa intransigente dos direitos das pessoas com deficiência, no combate das desigualdades, na Escola onde as nossas crianças e jovens deficientes lutam dia a dia por uma inclusão plena, onde existe uma larga escassez de professores e funcionários capazes de apoiar as nossas crianças com autismo, vemos o caso que muitas destas crianças estão a passar, a doença mental que se agrava e será difícil de corrigir a curto prazo, devido a esta pandemia, na diabetes, onde as mesmas escolas, não dão resposta a este problema, não estando preparadas nem formadas adequadamente para essas funções, como as que estão em cadeiras de rodas, onde em muitas escolas o problema das acessibilidades ainda é clara, sendo uma luta constante a mobilidade destas crianças e jovens.

No Emprego, no combate á precariedade laboral, na defesa dos valores de igualdade no trabalho, em abrir janelas de oportunidades, combatendo o medo e o receio dos empregadores em contratarem pessoas com deficiência.

O emprego é um direito fundamental de qualquer cidadão e nós pessoas com deficiência queremos quebrar o paradigma de que criar emprego para pessoas com deficiência é uma mais-valia, e não discriminar com base na deficiência aceitando a sua contratação, e dando condições de continuidade, protegendo assim os seus direitos de igualdade para com os demais cidadãos.

As diversas leis criadas sobre o emprego das pessoas com deficiência ao longo destes anos pelos nossos governantes, são leis avulsas e com pouca justificação, criadas apenas para nos calar, leis essas que não nos defendem e tem que ser alteradas. Relembro o exemplo da lei 4 de 2019, relativa às quotas de emprego para o sector privado, onde a mesma tem graves lacunas e quanto a mim deve ser alvo de retificação.

A CNOD tem tido uma luta constante para que os nossos governantes ou a tutela chame a si as instituições que trabalham com as pessoas com deficiência, para que essas mesmas leis promovam em pleno os seus direitos, mas não nos tem dado ouvidos, mas nós não nos calaremos.

Caros amigos e amigas lutar pela igualdade não combatendo as desigualdades, não é o que se quer de uma sociedade justa e inclusiva, as igualdades de oportunidades, como aqui referi, na educação, no emprego, na habitação condigna, na saúde, são base fundamental.

Proteger os mais desfavorecidos deve ser uma prioridade do nosso estado social, assegurar às pessoas com deficiência todo o acesso em condições de igualdade, foi esse o sentido que os estados partes em diversos tratados internacionais fizeram, incluindo a Convenção dos direitos das pessoas com deficiência, ratificada pelas nações unidas.

Num momento difícil que atravessamos com esta pandemia, e onde agora se fala na vinda de fundos comunitários, que alguns não se esquecem de proclamar de BAZUCA, resta acrescentar que o estado social mais uma vez não seja esquecido pelos nossos governos, não sendo apenas canalizado para a banca ou desviados para outros sectores, dizendo que é em defesa do crescimento económico, mas onde a corrupção abunda, e grandes grupos económicos crescem, com projetos muitos deles sem fiscalização e alterados á sua realidade, e como sempre obtendo lucros á custa de baixos salários e condições precárias dos trabalhadores.

É necessário e intransigente que esses recursos dos fundos europeus também sejam distribuídos de forma justa, para as instituições de apoio às pessoas com deficiência, que continuam a atravessar graves dificuldades financeiras, e que muitas delas são garante das pessoas com deficiência na empregabilidade ou no apoio social.

À tutela e falo aqui do INR (Instituto Nacional de Reabilitação, deve exigir do ministério Do Trabalho e Segurança Social, bem como da Secretária de Estado da Inclusão um maior e substancial reforço de dotação orçamental, para que as instituições possam realizar de forma clara todo um trabalho de mérito em prol das pessoas com deficiência.

Também as autarquias têm aqui um papel importante na proximidade a estas instituições, articulando com as mesmas relações mais fortes para que este combate de desigualdades deixe de existir, são e devem ser também as autarquias cada vez mais um garante fundamental na empregabilidade das pessoas com deficiência, também devem procurar e assegurar acessibilidades condignas para todos os seus cidadãos, nomeadamente para as pessoas com deficiência, quer seja nas acessibilidades de comunicação, nos transportes, ou na eliminação das barreiras arquitetónicas existentes, para oferecer uma maior qualidade de vida a todos os cidadãos, custa-me aqui dizer como cidadão com deficiência, recordando que as mesmas condições de deficiência se podem alterar a qualquer momento e com qualquer cidadão, neste sentido há que dar as melhores condições a todos, relembro que a nossa população é na maior parte envelhecida, com mobilidade reduzida, e darmos mais e melhores condições torna uma sociedade mais justa e inclusiva, e isso também é igualdade.

A CNOD reafirma que continuará a lutar sempre na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, custe o que custar, seja ou não do agrado dos nossos governantes ou de outros poderes políticos, não nos calaremos, não podemos defraudar os mais fracos e os desfavorecidos, os que tem menos voz na sua reivindicação.

Este lema que trazemos hoje aqui “NEM UM PASSO ATRÁS NOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA” servirá para nos tempos que ai vem sermos a vós das pessoas com deficiência, para que as gerações vindouras possam orgulhar-se do nosso trabalho, trabalho esse que nos orgulhamos também de fazer durante estes 40 anos, com a certeza que aqui deixamos a todos vós, a defesa de um mundo melhor para todos, e por um Portugal pleno de igualdade e inclusão.

Mais uma vez Parabéns à CNOD por mais este 26º Encontro Nacional de Pessoas com Deficiência.

E um especial obrigado a todos os Presentes.



INTERVENÇÃO · **PROJECTO EMPREGO E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Jorge Silva

CNOD Sede

A CNOD está a realizar este ano um projeto financiado pelo INR intitulado “Emprego e as Pessoas com Deficiência - Direitos e Mais-valias”. O objetivo deste projeto é informar as empresas e demais entidades empregadoras sobre a nova lei (DL no4/2019 de 10 de Janeiro), esclarecer dúvidas, transmitir aos empregadores a informação sobre os apoios e a qualidade do trabalho das pessoas com deficiência. Mostrando exemplos de casos práticos pretendemos esbater diferenças, acabar com os preconceitos e com isso contribuir para que melhore as condições de emprego das pessoas com deficiência. Daremos também às pessoas com deficiência informação sobre os direitos e onde recorrer para obter apoios.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi ratificada por Portugal em 2009, no artigo 27º reconhece o direito das pessoas com deficiência ao trabalhar em condições de igualdade e confere aos Estados o dever de salvaguardar e promover o exercício do direito ao trabalho e proibir a discriminação com base na deficiência no recrutamento, no posto de trabalho e em caso de reabilitação do mesmo. Este trabalho deve ser livremente escolhido ou aceite num mercado e ambiente de trabalho abertos e inclusivos.

Contrariando a tendência nacional de descida da taxa de desemprego de 34,5%, o desemprego entre as Pessoas com deficiência aumentou 24%

de 2011 a 2017 sendo em 2016 24,2%, mais cerca de dez por cento do que a taxa de desemprego nacional de 14,6%.

As políticas de emprego das pessoas com deficiência em Portugal são insuficientes e raramente postas em prática. O Decreto-Lei n.º29/2001 de 3 de Fevereiro prevê as quotas para admissões no setor público. Este Decreto-Lei atribui uma quota de 5% para concursos públicos com 10 ou mais vagas, e de 1 vaga reservada a pessoas com deficiência, nos concursos públicos com 3 a 9 vagas e para concursos públicos de 1 ou 2 vagas a pessoa com deficiência tem preferência em igualdade de classificação. Com as sucessivas limitações da contratação pública, esta legislação é raramente posta em prática.

A recente publicação de quotas para pessoas com deficiência no setor privado, através do Decreto-Lei n.º4/2019 de 10 de Janeiro vem colmatar um vazio legal mas estabelece prazos de transição muito alargados. O DL n.º4/2019 de 10 de janeiro prevê que as empresas com 75 a 100 trabalhadores tenham um período de transição de 5 anos para alcançar a cota de 1% de pessoas com deficiência e para as empresas com mais de 100 trabalhadores tenham um período de transição de 4 anos para atingir a quota de 2% de trabalhadores com deficiência.

Os debates terão um número de participantes de acordo com a lotação da sala segundo os parâmetros da DGS e três pessoas na mesa (Dirigente da CNOD; Dirigente de Associação de Pessoas com deficiência; Um terceiro elemento, de preferência ligado ao emprego apoiado).

Deverá ocorrer em meio-dia. Tendo em conta o momento atual a sala a utilizar deverá respeitar as regras de distanciamento físico.

As cidades onde estamos a planear debates são:

No Norte já temos agendado o Debate no Porto a 28/10/2020 às 14:30 no Ed. Atmosfera M(Banco Montepio). A Delegação Norte está a estudar a possibilidade de realizar debates em Braga e Aveiro.

No Centro realizou-se um Debate em Coimbra a 24/09/2020 no Audi-

tório do IEFP e a Delegação Centro está a tentar organizar mais dois debates em Viseu e Leiria.

A CNOD Sede tem previstos dois Debates em Lisboa a 4/11/2020 no salão Nobre da Junta de Freguesia de Marvila e Setúbal na primeira semana de Dezembro enquadrado na semana da Deficiência do Município de Setúbal.

A Delegação Sul também está a tentar organizar debates, estamos a explorar várias hipóteses e a primeira é Montemor-o-Novo estamos a iniciar agora os contactos.

Caso haja a possibilidade de realizar debates noutros locais a CNOD tudo fará para os levar à prática.

Os debates deverão ocorrer preferencialmente até à primeira quinzena de Dezembro.



INTERVENÇÃO · SITUAÇÃO ATUAL E DIFICULDADES

Maria de Lourdes Godinho Afonso

Presidente da Direção da APD Delegação da Amadora

Felicitamos a CNOD, na pessoa do seu Presidente, José Reis, pela passagem do seu 40º aniversário e saúdo os elementos da Mesa: Sra. Vereadora do Pelouro de Ação Social da Câmara Municipal da Figueira da Foz e o Presidente do INR, Humberto Santos, cumprimentando também todos os convidados e dirigentes das Organizações de Pessoas com Deficiência, a nível nacional, aqui presentes.

Recuando no tempo e recorro bem que, antes do 25 de Abril de 1974, as pessoas com deficiência não tinham o acompanhamento e apoio devidos, sendo praticamente ignoradas e consideradas, muitas vezes, como os “coitadinhos”. Felizmente que, a partir desta data, foram aparecendo diferentes Organizações, direcionadas às pessoas com deficiência e que têm dado ao longo dos anos, o seu contributo na luta por igualdade de direitos e de oportunidades, com informações constantes sobre estas áreas no que respeita a apoios e encaminhamento.

Desejo focar a situação praticamente inexistente, em certos pontos do País, do desconhecimento por parte de muitas pessoas com deficiência, que continuam a não saber os direitos a que têm direito. E falo, neste caso, especificamente do distrito de Beja, donde sou natural e onde me desloco algumas vezes, conhecendo de perto esta situação da falta de informação e conhecimentos, tentando, sempre que possível, dar uma ajuda.

Por esta falta de informação dos Centros de Saúde e, por vezes, dos seus médicos de especialidade, sem pedido de junta médica, mantêm-se entregues à cadeira de rodas, doenças neurológicas graves ou outras patologias.

Desejo também reportar-me à Amadora, onde resido há muitos anos e que considero que, apesar de muito já ter sido feito, ainda há falhas nas acessibilidades, barreiras arquitetónicas, lugares de estacionamento para portadores de veículo com dístico em certas clínicas médicas e de fisioterapia e também em alguns outros organismos de utilidade pública.

Antes de terminar, apelo a que individualmente e em conjunto, todos continuem a lutar, junto do Governo, Assembleia da República e autarquias, através dos Organismos que nos representam, na procura de igualdade, dignidade e melhoria das condições da pessoa com deficiência.



INTERVENÇÃO · **PRODUTOS DE APOIO**

Helena Rato

Vogal da Direcção Nacional da APD

Produtos de Apoio: do escândalo das listas de espera à necessidade de orçamentação transparente

A atribuição de produtos de apoio a pessoas com deficiência ou com incapacidade temporária, de forma gratuita e universal, é um direito consignado pela legislação portuguesa com o objetivo de promover a inclusão dessas pessoas na sociedade sem que possam ser discriminadas por falta de dinheiro ou classe social.

Contudo, 11 anos depois da sua criação, o SAPA (Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio) continua a não cumprir o seu papel, fundamentalmente, porque o tempo decorrido entre a prescrição do produto e a atribuição de financiamento é excessiva. Este tempo de espera, que chega a atingir 4 anos, põe em risco a recuperação, a saúde, a inclusão social e, por vezes, até a vida das pessoas com deficiência. Esta situação é particularmente dramática quando estão em causa crianças, como é o caso de uma menina com Síndrome de Rett (desordem do desenvolvimento neurológico) cuja família pediu ajuda à Delegação Distrital de Braga da APD. Em 2017, quando esta menina tinha 2 anos de idade foram-lhe prescritos cadeira de rodas e sapatos adaptados. Em Abril de 2020, a menina continuava à espera da atribuição de financiamento!

Questiona-se: Porquê estes atrasos? Porquê este escândalo?

A resposta é simples: porque o Estado não atribui ao SAPA o financiamento necessário. Começa por não haver uma verba prevista no OGE para esse financiamento; este fica dissimulado nos orçamentos das entidades financiadoras, a saber, Ministério da Saúde (ACSS), IEFP, DGE (Direção Geral da Educação) e ISS que, no entanto, só conhecem os montantes disponíveis através de um Despacho conjunto das respetivas tutelas: Ministros da Saúde, Educação, Trabalho, Segurança Social e Solidariedade. Ora acontece que a prática dessas tutelas tem sido de efetuar o Despacho para cada ano corrente só quase no final desse ano, em Dezembro, geralmente perto do Natal. Entretanto, para fazer face a este vazio, as entidades financiadoras procuram gerir a incerteza estabelecendo critérios de acesso e priorização na atribuição dos produtos de apoio, que contrariam o disposto na Lei.

Penso que estamos todos de acordo sobre a necessidade imperioso de se alterar esta situação. Não basta denunciá-la, não basta reclamar para o INR. De resto, pela experiência vivenciada, reclamar não resolve quase nada, porque as instituições vão empurrando o problema com a barriga, visto não terem meios e como as tutelas sabem que não há meios também não vão procurar resolver os problemas.

Então o que fazer?

No meu entender há que exigir uma dotação orçamental explícita para o financiamento dos produtos de apoio, pois o assunto é demasiado sério para ter de se esperar até ao fim de cada ano que os Ministérios implicados arrebanhem os trocados que lhes restam, no fundo da gaveta, para comunicarem o montante de financiamento disponível para os produtos de apoio. Quanto à responsabilização da gestão dessa dotação orçamental deveria ser centralizada no INR, embora em parceria/colaboração com as atuais entidades financiadoras. Este processo e o resultado alcançado em cada ano deveria ser sujeito a avaliação pela Comissão de Acompanhamento da Atribuição dos Produtos de Apoio (CAPA).

Obrigada pela atenção



INTERVENÇÃO · **NEM UM PASSO ATRÁS NOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Jorge Gouveia

CNOD Norte

Exmos. Senhores Convidados e participantes deste Encontro Nacional de Pessoas com Deficiência, promovido pela CNOD.

Antes da apresentação desta minha curta intervenção, quero agradecer a todas as instituições públicas e privadas, que nos apoiaram e muito em particular, ao Conselho Diretivo da Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho, que nos deram possibilidade de levarmos por diante esta nossa iniciativa, com a segurança e dignidade merecida, o END/2020, um marco já histórico na vida da CNOD, num momento muito conturbado na vida dos portugueses, que a par com a população mundial, se deparam com uma pandemia originada pelo COVID´19.

É dentro deste contexto pandémico que podemos observar a falta de soluções políticas, direcionadas ao público com deficiência, que o nosso governo tem apresentado quer no âmbito da saúde, reabilitação, ensino e do trabalho.

Na saúde, a descontinuidade de serviços essenciais a utentes com deficiência, deixam transparecer outros problemas de sanidade física e intelectual. No trabalho, a ausência de fiscalização no cumprimento das cotas estabelecidas, na reabilitação e ensino, onde o método de

ensino à distância se mostrou completamente desadequado, às crianças com necessidades especiais.

Lamenta-se ainda a ausência de informação sobre a situação vivida, sobretudo por pessoas com grandes deficiências, nos lares ou residências onde estão confinadas. De que forma o surto da Covid 19 tem sido acompanhado nestas instituições, qual a realidade e quais as soluções encontradas?

Compreendemos o momento difícil pelo qual vivemos, mas a CNOD, na qualidade de Confederação de associações com uma vasta experiência das maiores necessidades das pessoas com deficiência, disponibiliza-se para contribuir com as entidades governamentais, a fim de minimizar os problemas que ora se apresentam.

VIVA O MOVIMENTO ASSOCIATIVO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA,
VIVA O ENCONTRO NACIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA,
VIVA A CNOD



SAUDAÇÃO · DIFICULDADES SENTIDAS

António Conceição

Presidente da Portugal AVC

Apenas umas breves palavras para saudar a CNOD, a sua Direção e o seu Presidente, todos os presentes, e mesmo os que não puderam estar aqui hoje.

Quero agradecer o excelente acolhimento que a filiação da Portugal AVC - União de Sobreviventes, Familiares e Amigos, ocorrida já este ano, teve pela CNOD, da qual seremos, quiçá, um dos, ou mesmo o mais jovem membro.

De facto, somos uma associação, de âmbito nacional, a única constituída prevalentemente por sobreviventes de AVC, com apenas 4 anos de existência.

E quero agradecer também a menção explícita, ainda agora no discurso de abertura do Senhor Presidente, a um dos graves problemas com que nos deparamos atualmente: não podemos ver-nos privados da reabilitação multidisciplinar, que é como que o nosso principal medicamento!

O AVC é hoje a primeira causa de incapacidade em Portugal. E que pode causar múltiplas sequelas, de todo o tipo, diferentes de indivíduo para indivíduo. E atingindo pessoas de todas as idades. Por isso, temos ouvido com muita atenção as intervenções feitas sobre os problemas que se

colocam às pessoas com deficiência, e, como associação, revendo-nos em todos eles.

Termino, dizendo, de novo, o nosso muito obrigado. Contem connosco para as intervenções e iniciativas em que considerem que a nossa presença pode ser útil. Porque nós também contamos convosco.

Muito obrigado.



INTERVENÇÃO · **EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Ana Simões (lida por Jorge Silva)
FENPROF

Bom dia, Amigos e Amigas da CNOD, em nome da FENPROF, saúdo este vosso 26º Encontro Nacional das Pessoas com Deficiência.

Em 2018, o governo do PS publicou o Decreto Lei n.º 54 sobre Educação Inclusiva.

Neste decreto-lei, o conceito de Inclusão apresentado é muito mais abrangente e adequado do que qualquer outro conceito definido no âmbito da designada Educação Especial. Mas uma coisa é o que consta da legislação, outra é a realidade!

Devido à COVID 19 e ao encerramento das escolas, os alunos com NEE viram os crónicos problemas da falta de apoios e escassez de recursos (materiais e humanos) ainda mais agravados.

Em pouco mãos que um fim de semana, docentes, alunos e famílias tiveram de adaptar a sua vida profissional e familiar a uma realidade para a qual ninguém estava preparado.

Foi muito grande o esforço de todos... mas o resultado não esteve à altura desse esforço, concluindo-se, como afirmou um professor em inquérito promovido pela FENPROF “o ensino a distância não está em sintonia com a inclusão”.

Nesse inquérito, docentes, incluindo muitos que integram as direções das escolas, são unânimes a afirmar que nada substitui um professor e o ensino presencial, principalmente para os alunos com deficiência que precisam de um acompanhamento contínuo e permanente que vá ao encontro das suas necessidades específicas e individuais.

Muitas famílias acabaram por não aderir ou ter grandes dificuldades no chamado apoio a distância por falta de conhecimentos, equipamentos e disponibilidade para acompanhamento permanente dos seus filhos.

O regresso ao ensino presencial apresentou-se, assim como fundamental, mas sempre com a exigência de condições de segurança sanitárias para todos. Essas condições não foram garantidas pelo Ministério da Educação / Governo para toda a comunidade educativa, problema que teve repercussão particularmente negativa nos alunos com deficiência, designadamente nos mais dependentes e com baixo nível de autonomia e para os adultos (docentes, assistentes operacionais e técnicos especializados) que com eles trabalham.

Exigia-se uma maior diversidade de equipamentos de proteção individual, mas não foram disponibilizados ou, quando isso aconteceu, as quantidades foram insuficientes. Refiro-me a batas, luvas, viseiras, máscaras transparentes, entre outros.

Parecem exigências óbvias e incontestáveis, mas para o Ministério da Educação parece bastar o mesmo que os outros têm, ou seja, uma máscara e gel. Mais uma vez, o Ministério da Educação demonstra em atos que a sua prática não corresponde à inclusão que anuncia!

O conceito de Inclusão que a FENPROF defende não passa por dar o mesmo a todos, sejam quais forem as suas necessidades... Inclusão é disponibilizar os materiais e os recursos necessários para cada aluno e situação, proporcionando uma equidade que, para ser efetiva, impõe um tratamento diferenciado a cada um deles. Inclusão não é tratar de forma igual o que é diferente.

Ainda neste contexto de pandemia, sempre que surge algum caso de

Covid-19 numa turma, por norma, alunos, docentes e não docentes não são testados, como aconteceu, e muito bem, com ministros, conselheiros de Estado ou jogadores de futebol. O que se passa nas escolas é ocultado pelo Ministério da Educação. Se há um caso numa turma, mesmo que essa turma fique de quarentena, o que nem sempre acontece, os docentes e não docentes que com ela contactam continuam a trabalhar com os outros alunos e ninguém é testado.

A FENPROF divulgou recentemente uma lista de escolas (e continua a atualizá-la diariamente) onde, desde setembro, já existiram ou existem casos de COVID-19. Não conhecemos todos os casos e só divulgamos aqueles que podemos confirmar. Fazemo-lo porque exigimos que o ME divulgue os dados que tem e que são reportados pelas escolas, porque não é escondendo a verdade que alunos, docentes, não docentes e famílias ficam mais descansados e confiam mais nas escolas.

Nas escolas, há muito que a falta de assistentes operacionais é denunciada pela FENPROF, mas, atualmente, com todas as tarefas que estes profissionais têm de cumprir, nota-se, ainda mais, esta insuficiência. Veremos se o ME vai mesmo resolver este problema, mas os indícios orçamentais que se apresentam não dão essa garantia.

Por exigência de alguns pais e encarregados de educação foi publicado o despacho 8553-A/2020 de 4 de setembro que permite que alunos de grupos de risco sejam acompanhados a distância. Foi correta essa decisão, ainda que as escolas não tenham obtido qualquer reforço de recursos para a garantir, mas o mesmo não aconteceu com os docentes e não docentes dos grupos de risco. Acontece, no entanto, que essa possibilidade de proteção dos alunos, esbarra no facto de nem todas as famílias terem possibilidades económicas que permitam os pais ficarem em casa. Por esse motivo, a grande maioria dos alunos teve que regressar às escolas, apesar de não estarem garantidas todas as condições de segurança sanitária.

No retorno ao ensino presencial e devido às desigualdades que se agravaram no período de confinamento, os docentes consideraram que os alunos que foram mais penalizados deveriam ter apoios acrescidos,

para além daqueles que já teriam em situação normal, e que já de si eram insuficientes, nomeadamente mais horas de apoio direto dos docentes de Educação Especial e mais horas de terapias. Porém, isso não aconteceu e o ano letivo iniciou-se com o mesmo número de horas de apoios do ano passado, mas como o número de alunos com necessidades educativas especiais aumentou (refiro-me aos que têm medidas seletivas e/ou adicionais de apoio), as equipas de Educação Especial tiveram de selecionar quais os apoios mais relevantes para cada aluno.

Por exemplo: um aluno que, no ano transato, beneficiava de apoio de psicologia e de terapia da fala, este ano a equipa considerou que, apesar de continuar a necessitar de terapia da fala, havendo outro aluno com mais necessidade, as horas do terapeuta, sendo as mesmas, vão para apoio a este novo aluno e o anterior fica sem esta terapia, até por já contar com outro apoio.

Esta é a inclusão que este governo pratica, apesar de até ter aprovado uma lei aparentemente mais avançada do que a que existia anteriormente.

Isto, na verdade, não é Inclusão!

Isto é gerir as necessidades dos alunos de acordo com as disponibilidades financeiras do governo, tendo já todos percebido que as prioridades não contemplam a Educação e, dentro desta, a Educação Especial agora designada por Inclusão.

Voltamos a afirmar que promover contextos de inclusão exige investimento e respeito pela tomada de decisão das escolas. São elas quem melhor conhece cada caso e quem sabe, como ninguém, qual a resposta mais adequada a cada um deles.

Dar resposta a estes problemas seria uma responsabilidade de todos, mas seria necessário que o Ministério da Educação tivesse capacidade para dialogar, ouvir e ter em conta outras opiniões, ainda que diferentes das suas, Só que o Ministro da Educação, tendo optado por bloquear todo e qualquer contacto com as organizações sindicais de professores, como, de uma forma geral, com os representantes dos diversos atores

educativos, não reúne, não dialoga e não negocia com a FENPROF, há quase um ano, impondo um dos mais longos bloqueios da história da nossa democracia. O atual ministro, apesar das suas limitações em relação ao setor que tutela, mostra-se incapaz de dialogar, o que tem gerado mal-estar nos profissionais da Educação, mas também em muitas famílias, e, pior do que isso, tem provocado o arrastamento de problemas que, com outra atitude, poderiam já estar resolvido ou muito atenuados. Um exemplo do que antes se afirma é a inexistência de qualquer reunião com vista à criação do grupo de recrutamento da Intervenção Precoce. Uma medida absolutamente urgente, como a própria Assembleia da República reconheceu ao aprovar, por ampla maioria, três resoluções que recomendam ao governo que a tome.

A CNOD, em parceria com a FENPROF, a APD, a APEI (Associação de Profissionais de Educação de Infância) e a CGTP, foi uma das organizações proponentes da petição que levou a Assembleia da República a aprovar aquelas três resoluções, que contaram com o voto favorável de todos os grupos parlamentares, à exceção do PS. As resoluções foram apresentadas pelo BE, PCP e PAN. Esta reivindicação é justa e vai ao encontro das expectativas dos pais que pretendem profissionais habilitados a trabalhar com uma faixa etária tão específica como esta dos 0 aos 6 anos de idade.

Caros amigos e amigas,

Sabemos que os tempos são difíceis e complexos, mas não desistimos!

A FENPROF continuará a lutar, em conjunto com a CNOD e outras organizações, pela Inclusão que defendemos!

Bom trabalho e votos de muito sucesso para este vosso Encontro Nacional!

Até breve!



INTERVENÇÃO · INSTITUCIONALIZAÇÃO

Ana Couto (lida por Iara de Paula)
APPC

Olá a todos os participantes presentes,

Nós somos a Ana e a Marisa. Eu (Ana) tenho paralisia cerebral, uma deficiência comum adquirida na altura do parto. Sempre andei numa escola normal. Em Junho de 2015 terminei a minha licenciatura em Gestão de Recursos Humanos.

Até 2016 sempre vivi com a minha família. Mas chegou a 2016 que tive de mudar.

Tive vários acontecimentos na minha vida que me fizeram pensar e tomar tal decisão e, pesou ainda mais o facto de querer ser mais independente e autónoma, o que não era possível dentro da minha casa derivado as barreiras nela existentes.

Aconteceu o mesmo com a Marisa. A Marisa também sempre viveu com família dela. Nasceu com Artrogripose Múltipla Congénita, causada por um vírus que a sua mãe apanhou durante a gravidez. Fez a escolaridade dela até ao 12º ano e formou-se como Técnica Administrativa. E tal como eu quis ser independente e autónoma como eu.

Por isso, em 2016 vim viver para um Lar para pessoas com deficiência em Benfica e a Marisa foi para outro em Odivelas em 2014. Estamos onde es-

tamos por opção própria ou porque o nosso País assim nos obrigou não nos dando muitas alternativas, ainda não analisamos bem essa questão.

Até ao dia 13 de Março de 2020 estávamos convictas de que esta teria sido a nossa melhor decisão, mas apareceu um vírus, o Coronavírus, que se calhar nos veio mostrar que se calhar não...

Desde o dia 13 de Março que a nossa vida parou, literalmente. Cumprimos, como toda gente as ordens recomendadas pela Direção Geral da Saúde- DGS o estado de emergência, onde fomos todos para casa. De seguida o estado de calamidade, depois o de contingência e ainda cá estamos, há 7 meses que cá estamos...

E achamos injusto! Somos comparados a idosos, sem o sermos.

Somos considerados grupos de risco, sem o sermos quando a única deficiência que muitos de nós temos é motora. Estamos aqui, fechados, apenas porque vivemos num lar, o sítio que escolhemos para viver, o sítio que pensaríamos que iam lutar por nós, mas não. Fecharam-nos!

Têm excesso de proteção por causa de um vírus mas esqueceram-se da nossa sanidade mental que é tão ou mais difícil de tratar do que um vírus... Vemos o mundo lá fora a correr e nós estamos aqui, fechados. Proibiram-nos de lutar pelos nossos objetivos. Pararam-nos os sonhos.

Há 7 meses que não estamos com a nossa família e amigos. Eu (Ana) ainda fui a casa algum tempo, porque tinha condições para ir, mas não saí de lá, com medo, porque nos puseram medo, não só a mim como a todos. A Marisa não foi, não tem condições para ir... A DGS não nos proibiu de sair, mas proíbe-nos de voltar sem um teste feito. E mesmo que o teste de negativo temos de ficar ainda mais 14 dias isolados. Ainda mais isolados.

É frustrante. É revoltante. Somos discriminados uma vida inteira, lutamos que nos fartamos e agora... Estamos aqui, sabendo nós até quando... O mundo corre lá fora, uns a cumprirem as normas de segurança e nós, que também as conseguíamos cumprir, melhor que outros, estamos aqui, sem viver, a ver os dias a passar...

Eu (Ana) estou inserida num Centro de Actividades Ocupacionais, ao qual não tenho ido desde o dia 13 de Marco e ao qual não irei mais este ano, porque assim o quiseram, sem me questionarem sequer.

Fazia desporto, fisioterapia e deixei isso tudo no dia 13 de Marco. O ultimo despacho emitido pela DGS e pelo Governo foi posto online em Junho já estamos em Outubro...

Sabemos que a Covid é perigosa. Sabemos que a Covid pode matar. Mas também pode não acontecer...

Meus caros, a depressão também mata. Mata lentamente. Mata sem outros, ao nosso redor, darem por isso. E por vezes, também leva à morte... Muitos de nós somos deficientes motores. Somos donos da nossa própria vida. Tomamos as nossas decisões e temos uma vida lá fora. Sabemos que temos colegas frágeis, mas nem todos o são e estamos a ficar...

Estamos há meses aos gritos e ninguém nos ouve.

Só queríamos fazer uma pergunta: "E SE FOSSE CONVOSCO OU COM UM DOS VOSSOS FAMILIARES?". Há idosos no fim da linha, privados também eles de estarem com os seus entes queridos, que são responsáveis e que estão a morrer por dentro, de solidão...

O inverno está à porta, assim como o Natal, coma pensam fazer? Vamos ficar à chuva e ao frio a ver quem amamos? Vão-nos proibir de ir a casa no Natal enquanto o resto do mundo o vai festejar? O que vai. A Covid não vai acabar até ao fim do ano, ainda é cedo para haver uma vacina, até quando nos querem manter aqui fechados?

Desculpem a nossa revolta. Desculpem a dureza nas palavras, mas nós só queremos viver. Nós não escolhemos viver com uma deficiência. E nós só vivemos num lar porque escolhemos ser livres.

Esqueceram-se de nós?

Obrigada a todos por ouvirem este nosso desabafo.



INTERVENÇÃO · COVID 19 E DEFICIÊNCIA

Ana Sezudo (lida por Albino Paulo)
APD Sede

Caros amigos,

Em nome da Direção Nacional da Associação Portuguesa de Deficientes saúdo a Direção da CNOD e todos os presentes neste Encontro.

Diz-se que o vírus da COVID 19 é democrático porque ataca de igual modo ricos e pobres. O vírus até pode ser, mas as condições que propiciam a sua transmissão são tudo menos democráticas. A pobreza favorece uma maior transmissão deste vírus e as doenças a ela associadas aumentam a mortalidade. A falta de condições de habitabilidade, de higiene e a impossibilidade de adquirir materiais de proteção e de higienização são alguns dos fatores que conduzem à maior transmissibilidade da COVID 19. Ora, pobreza e deficiência são um ciclo vicioso.

A Organização Mundial de Saúde alerta para as condições gerais que podem aumentar o risco das pessoas com deficiência contraírem a Covid 19: condições de saúde de algumas pessoas com deficiência, falta de integração da deficiência na conceção e implementação de medidas de proteção, menor facilidade em garantir as condições de higiene como lavar as mãos com frequência, maior dificuldade em aceder aos serviços de saúde, inacessibilidade da informação dos serviços de saúde veiculados quer nas páginas web, quer através dos meios de comunicação social. A este respeito devo salientar o enorme esforço feito pela APD para que a interpretação em língua gestual fosse acompanhada de legendagem

e da leitura dos lábios através do uso das máscaras transparentes, bem como a informação ser facilitada em linguagem acessível.

A OMS refere também a institucionalização como um fator de risco de contaminação pelo COVID-19. Infelizmente em Portugal a pandemia está a fustigar as pessoas confinadas em lares e outras instituições semelhantes que não são só pessoas idosas mas também muitas pessoas com deficiência.

De facto, a partilha de espaços com outras pessoas como os quartos, salas de refeições e salas de estar facilitam esta contaminação, ainda mais quando estes espaços estão sobrelotados como acontece na maior parte das instituições, mesmo as que são legalizadas. A crescer a estas condições há ainda a partilha dos funcionários que dão apoio nas atividades de vida diária e que têm a seu cargo um número exagerado de pessoas e não dispõem de tempo nem de espaço para os atender em condições de higiene e segurança. E para agravar ainda mais a situação a maior parte das pessoas que estão institucionalizadas são pessoas idosas com condições de morbilidade superiores às dos restantes cidadãos ou pessoas com deficiência intelectual com dificuldade em entender a necessidade de cumprir as regras de higiene e de distanciamento social. E assim estão criadas as condições para que a doença se propague e os afete de forma agravada.

Este drama traz novamente à colação a premente necessidade de encontrar soluções alternativas para os que são coagidos a recorrer a estas instituições por falta de respostas sociais que assegurem a permanência na sua casa, no seu lar, no local de trabalho. É uma questão de respeito pelos direitos humanos e pela dignidade das pessoas.

No entender da APD a pandemia veio demonstrar a premente necessidade de o movimento das pessoas com deficiência colocar no topo da discussão política a filosofia de vida independente. Não nos moldes do MAVI – Modelo de Apoio à Vida Independente mas dando ênfase à urgência de criar as condições essenciais para que as pessoas com deficiência possam viver em igualdade de circunstâncias com os seus concidadãos, incluindo a criação de uma rede de serviços de assistentes pessoais, es-

colhidos e pagos pelos próprios para que em cada passo da vida diária seja a pessoa com deficiência a decidir o que quer e como quer.

A Aliança Internacional da Deficiência mostra-se particularmente preocupada com o facto de o aumento crescente do número de casos de pessoas infetadas por COVID-19, ao acrescentar pressão adicional nos sistemas de saúde, possa resultar na redução ou indisponibilidade dos serviços e medicamentos e consequente aumento da taxa de morbilidade e mortalidade.

Pela importância de que se revestem as recomendações da Organização Mundial de Saúde aos governos, deixamo-las expressas para que não sejam esquecidas neste momento particular:

- Adicionar legendas em todos os eventos e comunicações ao vivo ou gravadas acompanhadas de tradução em língua gestual. Esta medida refere-se particularmente a discursos do governo, conferências de imprensa e anúncios ao vivo nas redes sociais.
- Converter as mensagens destinadas ao público em geral em formato fácil de ler e de ser entendido para quem tem deficiência intelectual.
- Projetar materiais de informação escrita acessíveis em formatos apropriados, como por exemplo documentos em Word que possam ser traduzidos pelos sistemas de software existentes para os cegos,
- Adicionar legendas às imagens usadas em documentos publicados ou em redes sociais. Use imagens inclusivas que não estigmatizem as pessoas com deficiência.
- Trabalhar com organizações de pessoas com deficiência a fim de disseminar informações de saúde pública.

Obrigada.



INTERVENÇÃO · ENSINO SUPERIOR INCLUSIVO

David Sotto Mayor Machado

David Sotto-Mayor Machado era um estudante do 1º ano da licenciatura em Gestão de Sistemas e Computação quando foi diagnosticado com um cancro na base da língua.

O 2º semestre desse ano foi feito entre tratamentos e internamentos. Desistir foi uma hipótese que ganhou muito peso depois de, como efeito secundário da radioterapia ter adquirido uma lesão do tronco cerebral que me causa nistagmo e vertigem. Esses efeitos dificultam a leitura e a escrita, tanto no papel como no computador. Tive a felicidade de ser visitado por um professor que me veio falar de inclusão e me fez acreditar que seria capaz de concluir o curso.

Estudar com uma deficiência é muito mais difícil, e exige um esforço e dedicações muito maiores, porém aprendi que incapacidade não implica impossibilidade.

Consegui concluir a licenciatura, e, durante o 3º ano da licenciatura ainda fiz o 1º ano do mestrado em Gestão de Sistemas e Tecnologias de Informação em sobreposição, concluindo a licenciatura com 18,15 e o 1º ano do mestrado com 18,31 que foram as médias mais altas já atingidas na Atlântica.

Hoje, no âmbito da dissertação de mestrado, investigo o potencial das tecnologias assistivas na inclusão plena de estudantes com necessida-

des educativas especiais. Procuo descobrir entre várias questões, se o direito à informação sobre os direitos do estudante com deficiência está a ser garantido.

Será preciso a visita de um professor ao hospital para um novo deficiente não desistir de um curso por falta de informação? Alguém com uma deficiência é motivado de alguma forma a seguir para o ensino superior?

Como resultado imediato desta investigação pretende-se construir uma plataforma informativa e motivadora construída com critérios de acessibilidade digital que não se verifiquem nas soluções existentes. E, para investigação futura, ficará o desenvolvimento de tecnologia assistiva que vá de encontro às necessidades identificadas durante este estudo.



INTERVENÇÃO · **DESPORTO ADAPTADO**

Bruno Lopes (lida por Helena Rato)

APD Sede

Cara Direção da CNOD, caros dirigentes, caros convidados, caros amigos e caros atletas:

Antes de mais dar os parabéns à CNOD pela organização e saudar o 26º END

O acesso ao desporto e no caso específico ao desporto adaptado, tem de ser assegurado de igual forma para todos! É um direito que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência consagra. O facto é que não é.

As desigualdades começam logo na escola. A disciplina de educação física não contempla o ensino de “desporto adaptado” que deve ser integrado no âmbito do plano curricular da disciplina. Por outro lado, o desporto escolar também não integra o desporto adaptado e, ao contrário do que devia acontecer, não é financiado pelo IPDJ mas sim por verbas de jogos da SCM, o que na nossa opinião é completamente errado.

Esse financiamento e apoio ao desporto adaptado é da responsabilidade do governo e do IPDJ, deve ser contemplado e orçamentado em sede de OE, matéria que tem sido negligenciada há demasiados anos.

É incontornável não falar sobre isso, vivemos em tempos de pandemia e agora mais do que nunca, os atletas com deficiência têm sido esquecidos.

No caso específico de Lisboa, capital do País, a pandemia agrava-se e a situação é caótica. O Pavilhão do Casal Vistoso (entre outros) gerido pela Câmara Municipal de Lisboa está ocupado com a população sem-abrigo desde o estado de emergência (18 Março) e indisponível para os treinos da equipa da APD Lisboa. Lisboa irá ser a Capital Europeia do Desporto 2021 e uma coisa esta pandemia trouxe ainda mais à tona: Lisboa não tem vontade política para dar respostas ao nível desportivo. Em Lisboa o acesso ao desporto é só para alguns mas não é para TODOS. Deixamos aqui lavrado o nosso profundo descontentamento pela forma como a autarquia Lisboaeta (que deveria dar o exemplo) trata o desporto adaptado.

É fundamental para o desenvolvimento desportivo em Portugal, construir mais e melhores instalações desportivas e adaptar as existentes, dando cumprimento à legislação em vigor. É necessário que o Estado apoie financeiramente o desporto adaptado e que ao nível legislativo e governativo.

Para concluir...com esta pandemia existem muito menos atletas com deficiência a praticar desporto...Portugal continua a não ter condições desportivas para TODOS...Como vimos nos vídeos iniciais, em 2021 é ano de Jogos Olímpicos e Paralímpicos, esperemos que com as medalhas dos nossos atletas, os nossos governantes percebam que NÓS merecemos muito mais e melhor.

Muito obrigado e boas festas para todos(as)
Viva a CNOD, viva o desporto adaptado



INTERVENÇÃO · APOIO AO TRABALHO
DO DIRIGENTE/VOLUNTÁRIO

António Castro

ANDST

Boa tarde,

Saúdo a CNOD pelo 26º encontro de pessoas com deficiência, e pela organização e pelo cumprimento do protocolo da DGS.

Saúdo todos os presentes e também pela vossa participação neste encontro.

Sou Dirigente da ANDST, mas esta intervenção não é da associação porque não fui mandatado pela direcção, embora lamente que não haja uma intervenção em nome da ANDST.

Vou fazer a intervenção como dirigente e que sinto as dificuldades em desempenhar as tarefas para bem servir os Sócios da associação.

Os Dirigentes/Voluntários, não têm o apoio do INR para desempenhar as funções que compete ao dirigente. Não queremos ser remunerados, apenas que seja contemplado no programa de apoio as deslocações de casa ou local de trabalho dos mesmos para se deslocarem à sede ou outros locais para reunião de direcção ou do secretariado.

Sendo estas que determinam o funcionamento, que sai daí as orientações para que os funcionários possam cumprir as suas funções em prol dos nossos associados.

São os dirigentes que fazem o que o Estado deveria fazer, mas não há apoios, tem que ser voluntário, e pagar os despesas do seu bolso para desempenhar a tarefa de dirigente, é necessário que o INR altere esta situação. Lamento que o Sr. Presidente do INR já aqui não esteja para ouvir e responder a esta situação.

Assim como não ser elegível as despesas com o médico.

Eu pergunto como pode funcionar uma associação em que representa sinistrados e deficientes do trabalho que necessitam de apoio médico da associação?

Lamentamos muito e tem que haver uma alteração a este problema.

As pessoas com deficiência são pessoas iguais a todos os outros, e ainda há pouco vimos aqui uma intervenção cultural e vimos a beleza dessa actuação, o que é necessário é não colocar barreiras para que essas pessoas mostrem todo o seu valor e capacidade, mas cada vez mais barreiras nos colocam enfizmente.

Agradeço a presença de Deputados da AR em representação dos grupos parlamentares neste encontro, e espero que tenham ouvido as intervenções e as nossa necessidades e levarem para os vossos partidos.

Agradeço ao Partido Comunista Português o apoiado que tem dado, e apresentado projectos na AR em defesa das pessoas com deficiência e aos Sinistrados do trabalho para que o seu sofrimento seja muito menor. Mas infelizmente não é secundado pelos outros partidos, pois têm contrário votado contra todos esses projectos. Lamento que o Partido Socialista se tenha juntado à direita, pois dado a correlação de força na AR era possível fazer essas alterações para aliviar o sofrimento e dar os direitos dos trabalhadores se para isso o PS estivesse com os sinistrados e as pessoas com deficiência.

É necessário acabar com as desigualdades que existe entre um sinistrado do publico e do privado, peço-vos que revoguem a Lei 11/2014 de 6/3 do governo PSD/CDS que veio alterou o artº 41º do D. Lei 503/99.

Assim o sinistrado do privado se tiver que ser indemnizado pelo reparação do acidente é-lhe atribuído logo, mas se for funcionário público com a entrada em vigor da Lei 11/2014 não lhe é pago essa reparação, é uma injustiça ou votar contra os projectos apresentados na AR para reparar essas injustiças, essa vergonha.

Peço aos Deputados aqui presentes que levem esta realidade para os vossos grupos parlamentares e vejam que os deficientes e sinistrados são pessoas iguais a todas as outras pessoas, só necessitam que repõem os seus direitos, e que as igualdades seja reposta como diz e bem a nossa Constituição da República.

Obrigado a todos. Boa tarde
Figueira da Foz, 17 de outubro de 2020



INTERVENÇÃO · **DELEGAÇÕES**

Albino Paulo

APD Sede

Companheiros e companheiras

Quero desde já saudar a CNOD por ter conseguido erguer este Encontro, apesar de todas as dificuldades inerentes à situação em que vivemos. Estamos todos de parabéns.

O financiamento, por parte do Estado, tem sido insuficiente para a APD levar a cabo o trabalho da defesa intransigente dos direitos das pessoas com deficiência e a pandemia veio agudizar as nossas dificuldades crónicas de falta de dinheiro, o que tem levado algumas Delegações a celebrar acordos atípicos por forma a sobreviverem ou tentarem, em conjunto com outras entidades, levar por diante iniciativas que competem ao Estado, e que podem ter consequências financeiras desastrosas para a APD.

As delegações distritais ou locais são de uma importância primordial para o trabalho em defesa das pessoas com deficiência.

A constituição de delegações não tem sido tarefa fácil, existem diversos obstáculos no caminho, nomeadamente o necessário material humano, isto é, pessoas que queiram ou possam contribuir com algum do seu tempo disponível. Só apostando no necessário recrutamento de mais sócios é que podemos ter, no futuro, mais pessoas que aceitem participar no trabalho da APD.

O nosso objetivo é a existência da APD em todos os distritos e, apesar de termos conseguido alguns avanços, é nossa percepção que só com trabalho conjunto com outras organizações o poderemos atingir.

Mas não basta somar delegações para estatística, tem de existir um maior empenho no nosso funcionamento interno para ajudar as delegações no seu trabalho diário, não dando a ideia de uma certa resistência de cada vez que nos solicitam apoio.

A APD para desempenhar o seu trabalho em prol das pessoas com deficiência precisa de uma organização interna forte com uma estrutura adequada ligada a concretização dos nossos objetivos.

É à Direção Nacional da APD que compete dirigir o funcionamento interno e não podemos deixar que seja diferente.
É urgente mudar atitudes e mentalidades.

Viva o 26º Encontro da CNOD.

Saudações inclusivas a todos.



SAUDAÇÃO

Diana Ferreira

GP PCP

Saudação ao 26º Encontro Nacional de Pessoas com Deficiência

O Grupo Parlamentar do PCP saúda a CNOD pela realização do 26º Encontro Nacional das Pessoas com Deficiência, especialmente num momento de acrescidas dificuldades e exigências, mas também num momento em que o combate pela defesa e reforço dos direitos assume ainda maior importância.

Saudamos também as Organizações das Pessoas com Deficiência pela sua ação e pelas suas lutas em defesa dos direitos das pessoas com deficiência- tem sido a sua luta que tem conduzido a importantes conquistas. Nem um passo atrás nos direitos das pessoas com deficiência- “lema” acertadíssimo deste Encontro Nacional. Porque efetivamente o vírus tem servido de pretexto para ataca, atropelar, retirar direitos.

O atual contexto expôs um conjunto de fragilidades e de problemas estruturais do nosso país em várias áreas, afetando de forma mais significativa os grupos sociais em situação de maior vulnerabilidade (como é o caso das Pessoas com Deficiência).

Importa, por isso, que sejam tomadas medidas que assegurem o cumprimento de direitos fundamentais.

O acesso ao emprego com direitos, a todo o tipo e a todos os níveis de ações de formação profissional disponíveis, devendo as mesmas corresponder à aquisição de conhecimentos, capacidades e competências para a inclusão na vida ativa, uma efetiva proteção social das Pessoas com Deficiência; o acesso a uma educação pública gratuita, de qualidade e inclusiva que, em todos os graus de ensino; o acesso a cuidados de saúde, a medicamentos, a terapias essenciais ao acompanhamento e reabilitação, mas as ajudas técnicas /produtos de apoio necessários para a autonomia, bem-estar e conforto das Pessoas com Deficiência, muito importantes para a sua inclusão social.

A eliminação de barreiras arquitetónicas; o acesso a transportes públicos e coletivo, o acesso à informação e comunicação, uma justa reparação por acidentes de trabalho para os trabalhadores sinistrados, cumprir o direito à habitação, assegurar condições de igualdade no acesso à cultura, ao desporto, à participação na vida social e política.

Em tudo isto o PCP tem estado empenhado e tem intervindo com propostas concretas. E sobre tudo isto continuaremos a intervir. Para que não se recue nem um passo nos direitos já existentes. Para que se deem todos os passos necessários no caminho do reforço e de efetivação plena dos direitos das Pessoas com Deficiência.

Em todos os passos dados é fundamental o envolvimento das pessoas com eficiência e das suas organizações representativas. Por isso reiteramos a saudação pelo trabalho desenvolvido pela CNOD e pelas suas associações filiadas.

Da parte do PCP podem continuar a contar com a nossa solidariedade ativa, a nossa intervenção firme combate na defesa dos vossos direitos e por melhores condições de vida.



INTERVENÇÃO · ESTACIONAMENTO PARA
AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Joaquim Gaspar

CNOD Norte

Caros amigos e amigas

A todos endereço uma cordial saudação e em especial à Direção da CNOD por esta importante e louvável iniciativa.

Vivo há muitos anos em Anadia e tenho tido em atenção especial os direitos das pessoas portadoras de deficiências, mais concretamente dos de mobilidade reduzida.

Por essa razão tenho feito algumas intervenções junto da Camara Municipal, nomeadamente para colocar questões sobre rampeamentos e parques destinados a essas pessoas.

Notam-se muitas lacunas, como por exemplo a colocação de um espaço reservado para estacionamento automóvel junto das escadas de acesso a uma Farmácia, quando existe uma rampa que a farmácia foi obrigada a fazer, a cerca de 50 metros. Perante esta exposição a Sra. Presidente disse em plena Assembleia Municipal que fazia bem aos deficientes andarem um pouco.

Outros espaços reservados a estacionamento automóvel, como junto ao museu do Vinho e da Vinha que está também colocado junto das escadas de acesso e a cerca de 50 ou 60 metros da rampa. Junto à praça

principal de Cidade foi criado um parque de estacionamento onde, dada a exiguidade do espaço para manobra, é quase impossível estacionar. Também se notam muitos casos de passadeiras sem rampa de acesso aos passeios.

Outras situações onde também se notam muitas lacunas tem a ver com rampas de acessos a cafés, a Igrejas e mais acentuadamente no acesso aos CCTs, que tem umas escadas como quatro ou cinco degraus. Por essa razão interpelei uma funcionária sobre o que acontecia quando um deficiente aparece para ser atendido.

A resposta que obtive foi: a pessoa chega junto às escadas e pede a outra que lá se encontre que chame alguém dos serviços para a atender. Perguntei e se estiver a chover? Respondeu encolhendo os ombros “não sei que se poderá fazer”.

O acesso à GNR também tem 4 ou 5 degraus e não tem rampa.

Há passeios pintados para circulação de peões ao lado de ravinas sem qualquer proteção. Caso haja um cidadão de cadeira de rodas que se desequilibre fica sujeito a uma enorme acidente com consequências graves. Por último refiro a exposição que fiz há mais de 2 anos para se colocar um parque de estacionamento no centro de Saúde. Já me contactaram que estão a tratar, ou vão tratar, mas até hoje nada.

O Jornal da Bairrada tem dado relevo às questões que tenho colocado.



CONCLUSÕES

Jorge Silva

CNOD Sede

Foi um encontro muito rico e daqui saímos com mais encargos reivindicativos.

Numa altura em que se discute o OE 2021 a CNOD fará chegar ao Governo e aos grupos parlamentares as exigências que o Movimento associativo das pessoas com deficiência gostaria de ver contempladas e que foram apresentadas no nosso congresso em 2019 e que foram aqui reiteradas hoje:

- É urgente a gratuitidade do atestado multiusos
- É urgente a cabimentação de verba para a plena aplicação da vida independente
- é urgente o aumento do valor da PSI e da sua abrangência
- São urgentes medidas efectivas para a criação de Emprego das Pessoas com Deficiência
- É urgente a inclusão plena das cidadãos com Deficiência



INTERVENÇÃO DE **ENCERRAMENTO**

José Reis

CNOD Sede

Caras Amigas e Amigos Participantes
Prezadas Convidadas e Convidados,

Cabe-me encerrar este Encontro e não queria fazê-lo sem deixar umas palavras breves, considerando que este Encontro se realizou numa situação atípica de restrições e condicionamentos derivados da Covid 19.

Como consequência o limite de lotação imposto foi de 100 participantes, que vieram de todo o país.

Mais uma vez as pessoas com deficiência e suas organizações compareceram, cumprindo todas as regras da DGS.

Saímos deste Encontro com a garantia de que todos aqui presentes irão transmitir as conclusões aqui aprovadas com todo o empenho e entusiasmo, para prosseguirmos a luta que desde sempre temos travado pela inclusão e justiça social.

Muito obrigada a todos!

Viva o 26º Encontro Nacional de Pessoas com Deficiência!
Viva a CNOD!

Além destas intervenções também interviram as seguintes pessoas e organizações:

- **Diana Rodrigues**
Vereadora da Câmara Municipal da Figueira da Foz
- **Bruno Gomes**
ASBIHP
- **Cristina Silva**
Grupo Parlamentar do PS
- **Adão Barbosa**
APD Paredes
- **Edmundo Frade**
CNOD Centro



MOÇÃO

Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza

As Nações Unidas estimam que haverá cerca de 600 milhões de pessoas com deficiência a nível mundial, sendo as que têm menos oportunidades de escapar à pobreza. Uma em cada cinco das pessoas mais pobres do mundo tem uma deficiência.

No nosso País, o número de pobres em 2005/06 ascendia a perto de 2 milhões, dos quais cerca de 300.000 eram crianças. A verdade é que, embora as estatísticas digam que o risco de pobreza baixou 0,1% em 2019, de 17,3% para 17,2%, uma estatística realista pode mesmo indicar que 25 por cento da população portuguesa – isto é, uma em cada quatro pessoas – vive na linha da pobreza.

Em Portugal, onde os salários são muito baixos, muitas pessoas são pobres trabalhando. Acresce a isto que, mesmo com o desemprego a baixar nos últimos 4 anos, não houve um impacto positivo na erradicação da pobreza, devido aos baixos rendimentos mas também em resultado aumento do trabalho precário em variados sectores.

A pobreza era, até há pouco tempo, entendida em termos de rendimento ou da falta deste. Mas a pobreza não consiste apenas num rendimento insuficiente. Está relacionada com a falta de oportunidades e de escolhas para proporcionar um nível de vida razoável, de liberdade, de dignidade, de auto estima e do respeito dos outros.

As pessoas com deficiência são mais vulneráveis à pobreza, já que, para além dos baixos rendimentos que normalmente caracterizam a sua situação económica, não gozam dos direitos fundamentais mais elementares e são, por norma, marginalizadas, institucionalizadas, isoladas dos seus pares.

Ao nível da educação, 21% das pessoas com deficiência não completou o 1º ciclo do ensino básico. Os que prosseguiram os estudos além do ensino básico não ultrapassam os 5% e os que detêm um diploma de ensino médio ou superior são somente 2%.

Ao nível do emprego, a administração pública portuguesa emprega pouco mais de três mil pessoas com deficiência, número que corresponde a menos de um por cento dos funcionários públicos. A maior parte dos trabalhadores com deficiência na administração pública já lá trabalhava quando adquiriu uma deficiência, pelo que as contratações de pessoas com deficiência na Administração Pública são residuais. No sector privado, estarão empregados pouco mais de 4 mil trabalhadores com deficiência, o que corresponde a 0,5% do total de trabalhadores das empresas.

O rendimento insuficiente, que resulta em grande medida da falta ou limitado acesso à educação e ao emprego, bem como os custos adicionais gerados pela deficiência, são parte das inúmeras causas que favorecem a pobreza entre as pessoas com deficiência.

As políticas de combate à pobreza ignoram, quase sempre, a situação específica das pessoas com deficiência. Um agregado familiar que integre uma pessoa com deficiência tem custos acrescidos: por um lado, os que decorrem da própria deficiência (próteses, ortóteses, medicamentos, etc.) e por outro, os que decorrem da assistência de terceira pessoa, uma vez que as barreiras existentes impedem a autonomia. Se esta pessoa se encontra desempregada e sem recurso a qualquer tipo de prestação social, o risco de este agregado estar colocado no limiar da pobreza ou abaixo do limiar da pobreza, aumenta consideravelmente.

Porque a Pobreza é uma clara violação dos direitos humanos, os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODs) definidos na ONU, incluíram as pessoas com deficiência. A não serem adoptadas medidas específicas

que contemplem as suas necessidades, esses Objectivos não serão integralmente cumpridos.

E no actual contexto sanitário do COVID-19 a situação é ainda mais preocupante, não só pelo elevado número de óbitos e de milhões de infectados em todo o mundo, mas pelas suas preocupantes consequências económicas e sociais, que agravam o desemprego, a precariedade laboral, a quebra de rendimentos, o acesso à saúde e a outros serviços públicos, numa palavra: a rápida degradação das condições de vida e de trabalho e consequentemente dum acelerado empobrecimento das populações e muito em particular das pessoas com deficiência.

Os anos passam e por ocasião de efemérides, como a que hoje assinalamos, somos confrontados com problemas que persistem e para os quais temos de olhar com maior ambição. O combate à pobreza e a correcção das desigualdades sociais são duas prioridades que exigem determinação e responsabilidade colectiva.

Assim, hoje dia 17 de Outubro de 2020, em que se assinala o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, instituído há 22 anos pelas Nações Unidas, os participantes no 26º Encontro Nacional das Pessoas com Deficiência afirmam:

1. Que o tempo passa e que, por ocasião de efemérides como a que hoje assinalamos, somos confrontados com problemas que persistem e para os quais temos de olhar com maior ambição. O combate à pobreza e a correcção das desigualdades sociais são duas prioridades que exigem determinação e responsabilidade colectiva.
2. Que é urgente combater a pobreza como um fenómeno global, de múltiplas causas, através de uma abordagem transversal, com uma estratégia que responsabilize, em primeiro lugar, os governos de cada país, mas também outras instâncias internacionais.
3. Que as pessoas com deficiência, fazendo parte dos grupos mais desfavorecidos da sociedade, devem merecer uma particular atenção, apoio e solidariedade neste urgente e nobre combate.

4. Que nos esforços para o combate e erradicação da pobreza, as organizações das pessoas com deficiência sejam parte activa na definição e implementação das políticas e medidas concretas que visem alcançar este objectivo.

5. Que, no nosso país, as nossas organizações tudo farão para garantir o êxito deste combate que é também um decisivo contributo para a construção de um Portugal mais coeso, mais justo e mais solidário.

Figueira da Foz, 17 de Outubro de 2020



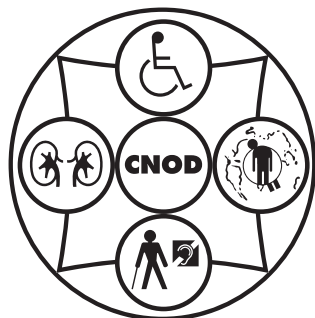


APOIOS



Projeto co-financiado pelo programa de Financiamento a Projectos pelo INR, I.P.





**CONFEDERAÇÃO NACIONAL
DOS ORGANISMOS DE DEFICIENTES**



**CONFEDERAÇÃO NACIONAL
DOS ORGANISMOS DE DEFICIENTES**

WWW.CNOD.PT